



CAPACITAÇÃO EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



METODOLOGIA SCO

LEITURA COMPLEMENTAR



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, CONCEITO E ORIGEM DO SCO

página 3

PRINCÍPIOS NORTEADORES E CARACTERÍSTICAS GERENCIAIS

página 4

01. EMPREGO DE TERMINOLOGIA COMUM	5
02. ORGANIZAÇÃO MODULAR E FLEXÍVEL COM BASE EM UM ORGANOGRAMA PADRÃO	5
03. ESTABELECIMENTO E TRANSFERÊNCIA FORMAL DE COMANDO	7
04. CADEIA E UNIDADE DE COMANDO	8
05. COMANDO ÚNICO OU COMANDO UNIFICADO	9
06. ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)	10
07. USO DE PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	10
08. ADEQUADA AMPLITUDE DE CONTROLE	11
09. USO DE INSTALAÇÕES, ÁREAS E ZONAS DE TRABALHO PADRONIZADAS	12
10. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS	13
11. INTEGRAÇÃO E INTEROPERABILIDADE DAS COMUNICAÇÕES	15
12. CONTROLE DA MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	16
13. INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA	16
14. USO DE COLETES DE IDENTIFICAÇÃO E EMPREGO DE FORMULÁRIOS PADRONIZADOS	17

INTRODUÇÃO, CONCEITO E ORIGEM DO SCO

Como você aprendeu no curso, existem diferentes metodologias disponíveis para as pessoas e organizações que atuam na administração de desastres e que servem para orientar as ações de resposta emergencial de forma coordenada, segura e eficaz.

Desde 2010, quando a Sedec publicou o *Manual Gerenciamento de Desastres: Sistema de Comando em Operações (SCO)*, essa ferramenta gerencial passou a representar a metodologia padrão para uso nas ações de resposta, tendo em vista ser um modelo consolidado ao longo de várias décadas, o qual permite que seus usuários adotem uma estrutura organizacional integrada para planejar e enfrentar as demandas e complexidades de um desastre, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais (BRASIL, 2010).

Lembre-se de que, conceitualmente, o SCO é:



Uma ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as operações de resposta em situações críticas, fornecendo um meio de articular os esforços de agências individuais quando elas atuam com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedades e o meio ambiente (DCSC, 2020, p. 24).

Vale a pena destacar, ainda, que com o passar dos anos e com a constante modernização, o SCO evoluiu mundialmente de uma simples ferramenta gerencial para um modelo padrão de gerenciamento de ações de resposta para qualquer tipo de emergência (situações críticas, desastres ou crises), ou mesmo para situações não emergenciais (eventos planejados de grande porte), representando o conjunto das melhores práticas e lições aprendidas ao longo dos tempos (DCSC, 2020).

Historicamente, o conceito inicial do Sistema de Comando de Incidentes (do inglês, *Incident Command System - ICS*) surgiu em 1968, durante uma reunião com chefes de bombeiros no sul da Califórnia. O programa inicial foi construído seguindo a doutrina militar de gerenciamento adotada pela Marinha dos EUA, mas foi concebido para auxiliar nas ações de resposta e supressão de incêndios florestais na interface urbana da Califórnia.

Atualmente, tornou-se um componente fundamental do Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes (*National Incident Management System - NIMS*) nos EUA, onde evoluiu para uma abordagem baseada em boas práticas, que padroniza a resposta de emergências e não-emergências em geral. Além disso, o ICS norte-americano serviu de inspiração e atuou como uma espécie de modelo para a construção de abordagens semelhantes em todo o mundo (EMSI, 2018).



EMSI, DIVULGAÇÃO



PRINCÍPIOS NORTEADORES E CARACTERÍSTICAS GERENCIAIS

Neste material complementar iremos aprofundar as questões relacionadas aos **3 princípios norteadores** e às **14 características gerenciais** baseadas nas boas práticas que atualmente orientam o emprego da metodologia do SCO.

Primeiramente, vamos destacar os **três princípios norteadores** que servem para estruturar o emprego do SCO como metodologia para ações de resposta:

1. FLEXIBILIDADE: este princípio diz respeito ao caráter universal do SCO, ou seja, por ser uma metodologia flexível, ela permite ser adaptável a qualquer situação, podendo ser utilizada para responder desde emergências pequenas até emergências maiores (ou mais complexas) ou não emergências, como, por exemplo, operações e eventos planejados;

2. PADRONIZAÇÃO: este princípio orienta quanto ao uso das 14 características gerenciais baseadas em boas práticas, as quais padronizam funções, instalações, recursos operacionais, comunicações e terminologias para melhorar a integração e a comunicação entre os indivíduos e

organizações que compõem o SCO, com vistas à produção de sinergia e o uso compartilhado de recursos de forma integrada e mais efetiva;

3. UNIDADE DE ESFORÇOS: este último princípio permite que organizações com diferentes atribuições e jurisdições possam atuar em conjunto, apoiando-se mutuamente, sem perder autoridade, evitando jogos de poder e disputas institucionais. O SCO busca exatamente essa abordagem colaborativa, usando comando, coordenação e controle para transformar complexidade e confusão em compreensão, colaboração e união de esforços em torno do alcance de objetivos e prioridades comuns.

Vamos, agora, explicar cada uma das **14 características gerenciais do SCO** em detalhes, pois é preciso compreender que esse sistema não é uma lista de coisas que podem ser utilizadas ou não conforme preferências: ou utilizam-se todas as características gerenciais simultaneamente ou a metodologia do SCO não está sendo utilizada. Muitas pessoas não entendem isso!

01 EMPREGO DE TERMINOLOGIA COMUM

O SCO estabelece o emprego de uma terminologia comum para facilitar a comunicação entre as pessoas e as organizações envolvidas na operação. O uso de códigos e expressões próprias e peculiares a uma determinada atividade ou organização deve ser evitado a fim de não dar margem a interpretações inadequadas ou à falta de compreensão da mensagem. O SCO recomenda, ainda, o uso de linguagem simples e direta, mediante o emprego de terminologias comuns para identificar funções organizacionais e descrever recursos de toda ordem (incluindo equipes de resposta, recursos operacionais e instalações).

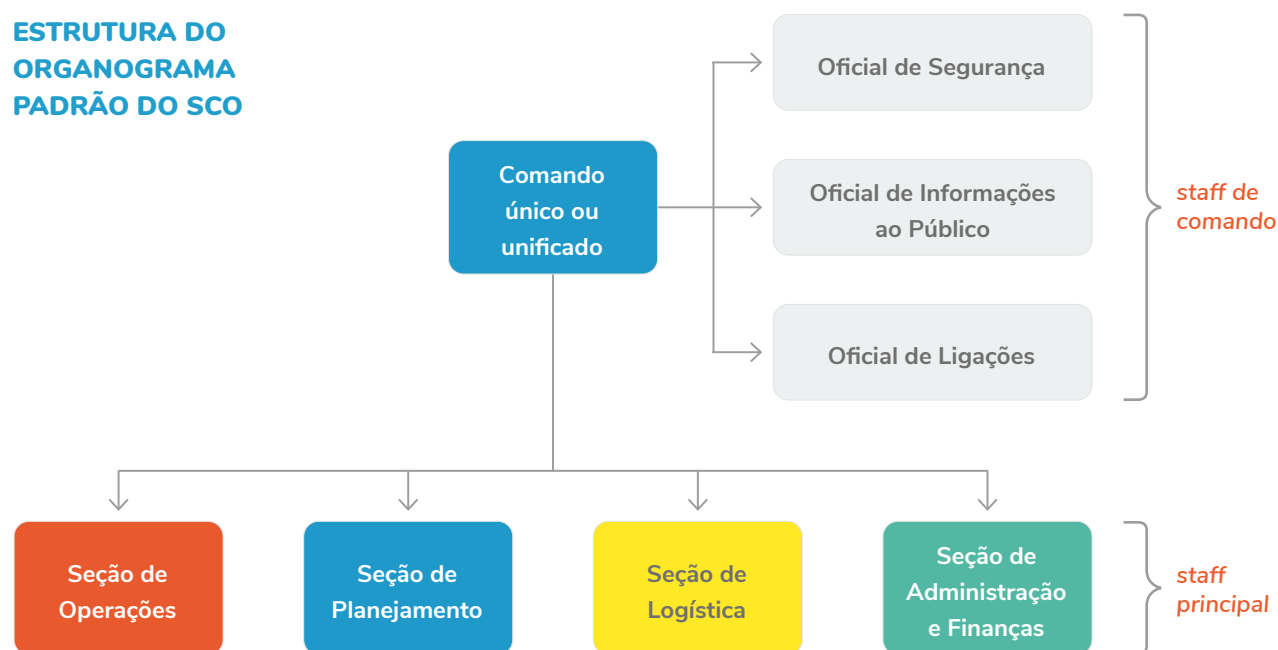


02 ORGANIZAÇÃO MODULAR E FLEXÍVEL COM BASE EM UM ORGANOGRAMA PADRÃO

O SCO utiliza um organograma padrão baseado em oito funções básicas: comando, operações, planejamento, logística, administração/finanças, informações ao público, ligações e segurança; porém, é flexível na

sua estruturação funcional, subdividida em: **staff principal** do comando, também conhecido como estafe geral, que é constituído pelas funções de operações, planejamento, logística e administração e finanças; e pelo **staff de comando**, conhecido como estafe pessoal, que é constituído pelas funções de informações ao público, ligações e segurança. Observe o organograma abaixo para entender melhor essa estrutura.

ESTRUTURA DO ORGANOGRAMA PADRÃO DO SCO



Fonte: Adaptado de Santa Catarina (2020).

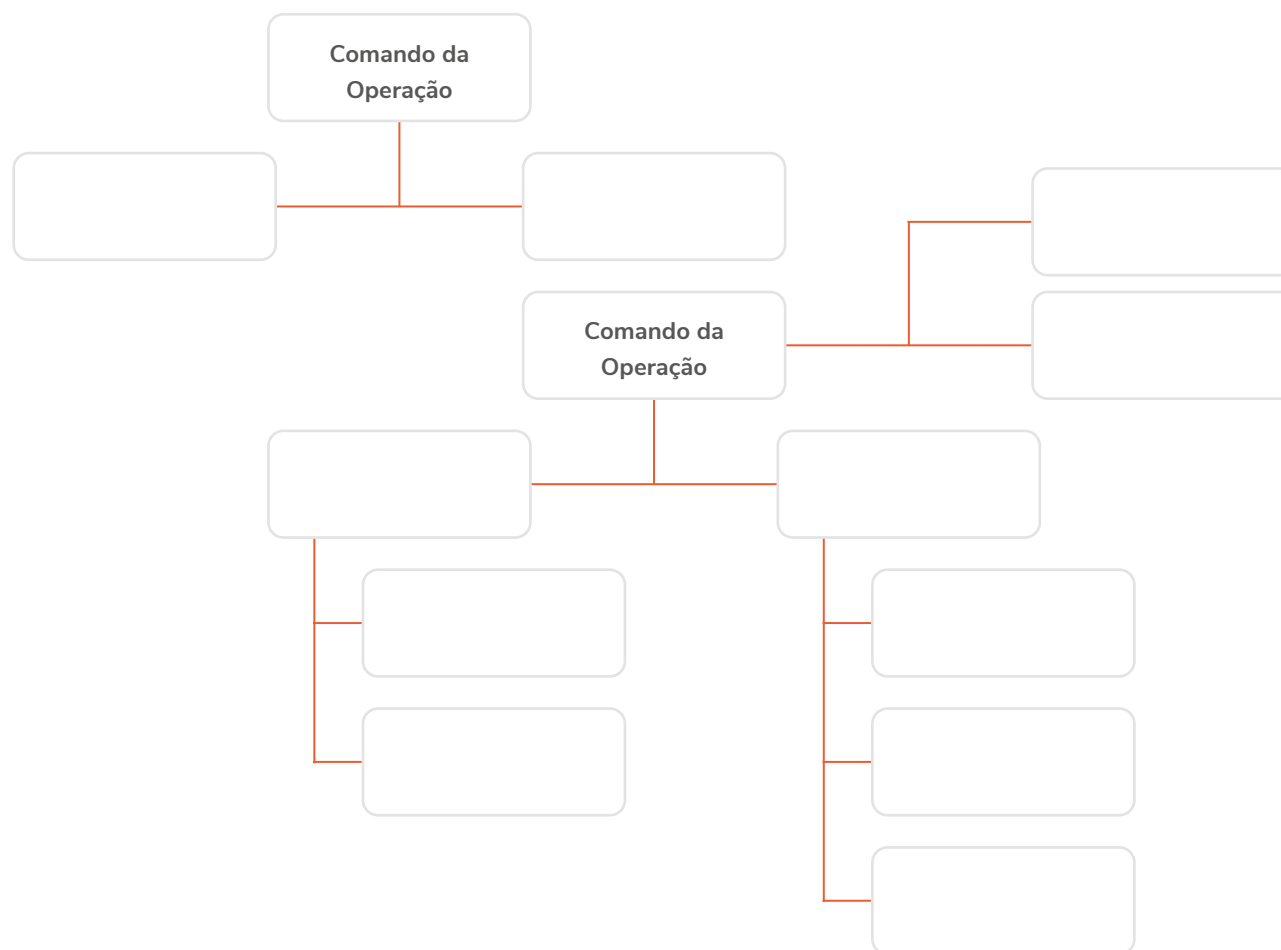
A estrutura organizacional padronizada do SCO desenvolve-se de maneira modular com base no tamanho, complexidade e ambiente de risco da situação crítica ou crise. A responsabilidade pelo estabelecimento e expansão da estrutura depende basicamente do **Comandante da Operação**.

Atenção!

Apenas as funções realmente necessárias para o alcance dos objetivos comuns do comando devem ser ativadas.

Observe no organograma a seguir que, no início, a função comando é estabelecida pelos primeiros que chegam na cena da emergência. A partir daí, as demais funções vão sendo implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal. A lógica é contingencial, ou seja, ao constatar-se que uma determinada função é necessária, ela é ativada e passa a ser preenchida por alguém indicado, e a estrutura do organograma se amplia, ou diminui quando a função deixa de ser relevante.

COMANDO DA OPERAÇÃO



Fonte: Adaptado de Santa Catarina (2020).

03

ESTABELECIMENTO E TRANSFERÊNCIA FORMAL DE COMANDO

O SCO recomenda enfaticamente que, entre os primeiros que chegam na cena da emergência, alguém assuma formalmente o comando da operação. A partir daí, as demais funções vão sendo implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal. Logo, o Comandante da Operação ou o Comando Unificado devem assumir a função "comando" tão logo decidam ativar o SCO.

O processo de transferência de comando (de único para unificado) em uma situação crítica, especialmente em uma emergência complexa ou incidente em expansão, é algo esperado e que deverá ocorrer em etapas, conforme segue:

Etapa 1 – O Comandante da Operação substituto, ao chegar na cena da emergência deverá, sempre que possível, avaliar pessoalmente a situação no local, preferencialmente acompanhado do Comandante a ser substituído.

Etapa 2 – O novo Comandante da Operação deverá receber um *briefing* (se possível, cara a cara) e ser infor-

mado adequadamente sobre: o que aconteceu; objetivos e prioridades já estabelecidos; plano atual, organização do incidente e atribuições; recursos adicionais solicitados; instalações e funções designadas; status das comunicações; quaisquer restrições ou limitações; potencial do incidente e delegação de autoridade. Recomenda-se, ainda, o uso do Formulário SCO-201 para auxiliar na realização do *briefing* (reunião de instrução) entre os Comandantes.

Etapa 3 – O novo Comandante de Operações poderá designar o antigo Comandante para outra função na estrutura organizacional do SCO (preferencialmente como Chefe da Seção de Operações). Tal procedimento tem algumas vantagens, especialmente porque o primeiro Comandante detém um conhecimento em primeira mão sobre o que já aconteceu na cena da emergência, mas também porque essa estratégia permite que o primeiro Comandante permaneça na cena, observando e acompanhando pessoalmente o progresso das operações iniciais, auxiliando o Comandante substituto no alcance dos objetivos do plano e adquirindo experiência.

FELIPE DALLA VALLE, GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL

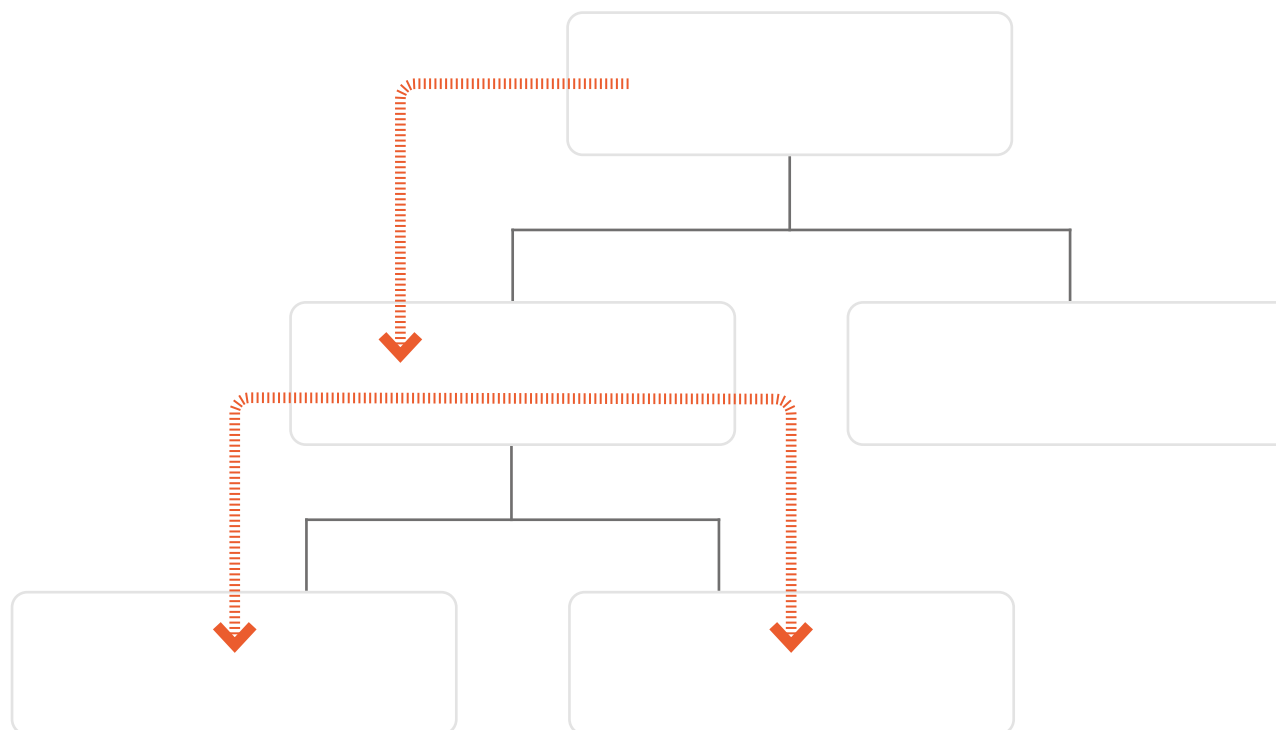


04 CADEIA E UNIDADE DE COMANDO

O termo *cadeia de comando* refere-se à linha ininterrupta e ordenada de autoridade que liga as pessoas dentro da estrutura organizacional básica do SCO. Essa linha representa o caminho por onde fluem as ordens, orientações e informações entre os diferentes níveis organizacionais. Já a expressão *unidade de comando* significa que cada indivíduo se reporta apenas a uma pessoa, a quem deve responder durante toda a operação. Isso esclarece e padroniza as relações de subordinação e autoridade, reduzindo a confusão causada por múltiplas diretivas conflitantes, permitindo processos de liderança mais efetivos em todos os níveis organizacionais do SCO. Tais preceitos são fundamentais, pois o sucesso nas operações em situações críticas e de crises está fortemente associado ao trabalho de equipe (produção de sinergia).

Acompanhe, a seguir, a representação da cadeia de comando e do princípio da unidade de comando, que significa que cada indivíduo se reporta apenas a uma pessoa, a quem deve responder durante toda a operação. A autoridade é investida na posição organizacional e não na pessoa e deve ser aceita pelo subordinado. A autoridade flui de cima para baixo na hierarquia vertical, logo as posições mais altas são investidas com maior autoridade formal, da seguinte forma:

REPRESENTAÇÃO DA CADEIA E DA UNIDADE DE COMANDO



Fonte: Adaptado de Santa Catarina (2020).

05

**COMANDO
ÚNICO OU COMANDO
UNIFICADO**

O SCO pode utilizar-se de dois modelos de comando, o único ou o unificado, cada um aplicável a uma situação específica. Ambos os modelos favorecem a unidade de comando. O termo comando único é usado quando apenas uma pessoa, representando sua organização, assume formalmente o comando da operação como um todo, sendo o responsável pelo gerenciamento de todas as atividades relativas à situação crítica ou de crise.

O uso desse modelo é adequado nas situações em que apenas uma organização atua na resposta de uma emergência. Já a expressão comando unificado é usada em uma abordagem mais colaborativa, na qual representantes das organizações envolvidas na resposta atuam em conjunto, a partir do estabelecimento de objetivos e prioridades comuns.

O comando unificado não afeta a autoridade ou a responsabilidade geral ou individual de qualquer organização ou instituição. Resumindo:

DIFERENTES MODELOS DE COMANDO**Comando Único**

O Comandante da Operação é o único responsável (dentro dos limites de sua autoridade) pelo estabelecimento dos objetivos e prioridades do plano de resposta e controle da situação crítica, bem como pela gestão dos recursos envolvidos na operação.

**Comando Unificado**

Os indivíduos designados por suas respectivas autoridades jurisdicionais ou organizacionais determinam conjuntamente os objetivos e prioridades, alocam recursos e trabalham juntos para garantir operações seguras e integradas e o alcance efetivo dos objetivos comuns.

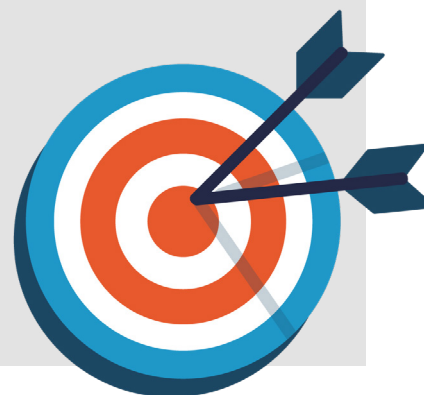
Fonte: Ceped (2022).

06 ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS (APO)

O SCO utiliza a administração por objetivos ou **APO**, pois, ao responder a uma situação crítica ou crise, não pode trabalhar na base da improvisação e nem funcionar ao acaso. O Comandante da Operação ou o Comando Unificado devem estabelecer objetivos e prioridades para direcionar as operações de resposta e controle da emergência. A administração por objetivos inclui:

1. Estabelecer objetivos claros (específicos), alcançáveis e determinados no tempo;
2. Priorizar os objetivos e identificar estratégias e listas de tarefas táticas específicas para o alcance destes;
3. Preparar e disseminar planos de ação específicos para cada período operacional, estabelecendo as tarefas prioritárias e os procedimentos de segurança decorrentes;
4. Produzir relatórios sobre os resultados da operação em relação ao alcance dos objetivos e prioridades;
5. Se necessário, preparar novos planos de ação para cada novo período operacional até a completa desativação do SCO.

A APO estabelece objetivos (resultados) a serem alcançados por determinados grupos, em um determinado período de tempo, e acompanha o desempenho (controle) procedendo com as correções necessárias. Assim, o principal apelo dessa metodologia está em **converter os objetivos estratégicos em metas** (tarefas programadas no tempo) específicas para cada indivíduo dentro do sistema.



◆ A expressão Administração por Objetivos (APO) foi cunhada por Peter F. Drucker, em 1954, no livro *The Practice of Management*. Como modelo administrativo, a APO estabelece objetivos (resultados) a serem alcançados por determinadas pessoas ou grupos de pessoas, em um determinado período de tempo, e acompanha o desempenho (controle) procedendo com as correções necessárias.

07 USO DE PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

O SCO consolida a APO através do emprego de planos de ação específicos (Plano de Ação Inicial e Planos de Ação Sucessivos por cada período operacional), os quais são estabelecidos pelo Comandante da Operação ou pelo Comando Unificado. Toda situação crítica requer um plano de ação, no entanto, nem todas as emergências requerem planos escritos formais.

A necessidade de planos de ação escritos (formais) depende do tamanho, complexidade e ambiente de risco da situação crítica, bem como das decisões de comando e de requisitos legais ou organizacionais existentes. Se a resposta de uma situação crítica se estender além de um período operacional, exigindo uma postura organizacional não rotineira por parte dos respondedores ou o envolvimento de várias organizações, a preparação de um plano de ação escrito se tornará cada vez mais importante para manter a união de esforços integrados e operações eficazes, eficientes e seguras. Em casos mais complexos, de riscos mais elevados ou em eventos prolongados com grandes perdas e danos, sugere-se a ativação de Centros de Operações de Emergência (COE) para oferecer suporte estratégico coordenado aos SCOs instalados local ou regionalmente.

08

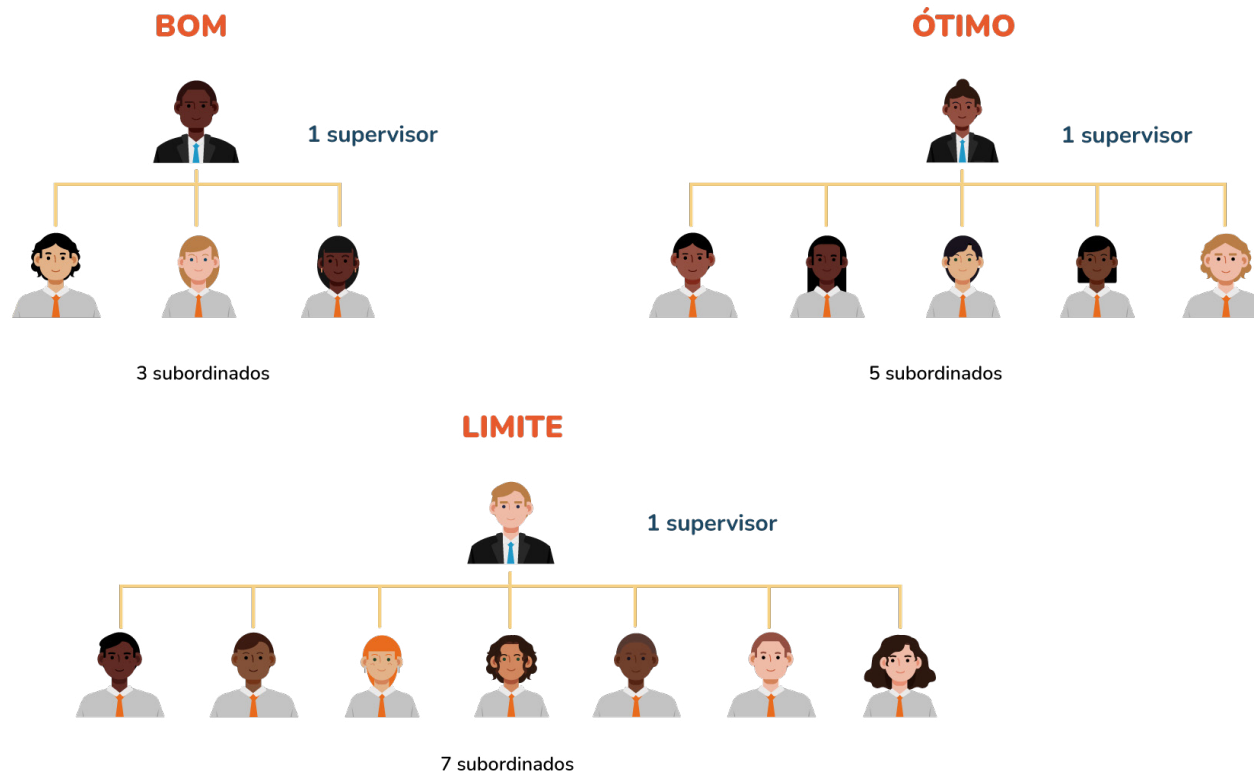
ADEQUADA
AMPLITUDE DE
CONTROLE

O alcance ou amplitude de controle refere-se ao número ideal de pessoas que um superior pode supervisionar pessoalmente, de maneira eficiente e eficaz. O alcance de controle é influenciado por vários fatores, tais como: o tipo de situação crítica, a natureza das tarefas, os riscos e fatores de segurança exigidos, a distância entre as pessoas e os recursos etc.

A existência e manutenção de uma adequada amplitude de controle ajuda a garantir maior eficiência e eficácia no gerenciamento de uma operação. O intervalo ideal da amplitude de controle é de um responsável para cinco subordinados, contudo, essa proporção é apenas uma diretriz.

Recomenda-se que o comando da operação e demais coordenadores das seções ou setores operacionais usem seu melhor julgamento e determinem a distribuição real de elementos subordinados por responsável usando como critérios a disponibilidade de recursos e a complexidade da situação crítica. Veja o que é considerado bom, ótimo e no limite:

AMPLITUDE DE CONTROLE



Fonte: Ceped (2022).

Observação: de acordo com o Sistema de Comando de Incidentes (*Incident Command System*) dos EUA, o número de pessoas ou recursos sob a responsabilidade de um determinado coordenador, encarregado ou líder, deveria ser compatível com a sua capacidade gerencial, logo, não deveria ser inferior a três, nem superior a sete. No entanto, esse critério foi revisto a partir de outubro de 2017, quando a Fema publicou uma atualização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes (*National Incident Management System*), que autoriza maior flexibilidade nos números limites, especialmente nas respostas em emergências complexas.

09

USO DE INSTALAÇÕES, ÁREAS E ZONAS DE TRABALHO PADRONIZADAS

O SCO recomenda o uso padronizado de instalações, áreas e zonas de trabalho. Dependendo do tamanho e da complexidade da situação crítica, o Comandante da Operação ou o Comando Unificado podem determinar a ativação de instalações padronizadas para diversas finalidades.

As principais **instalações** (espaços físicos móveis ou fixos) são: posto de comando ou PC (local onde são desenvolvidas as atividades de comando da operação), base de apoio (local onde são desenvolvidas as atividades logísticas de limpeza, abastecimento, manutenção, reequipamento), acampamento (local onde

são apoiados os recursos humanos da operação – com alojamento, alimentação, banho, telefonia, apoio médico e psicológico), centro de informações ao público (local onde são desenvolvidas as atividades de atendimento à mídia em geral), helibase (local onde são desenvolvidas as atividades de suporte às operações aéreas – estacionamento, abastecimento e manutenção de aeronaves) e heliponto (local destinado ao embarque e desembarque de pessoal e equipamentos em aeronaves – sem estrutura de suporte).

As principais **áreas** são:

- » área de espera: local onde os recursos operacionais são recepcionados, cadastrados e permanecem disponíveis até seu emprego;
- » área de concentração de vítimas: local onde as vítimas são reunidas, triadas e recebem atendimento inicial até serem transportadas para estabelecimentos hospitalares.

O SCO recomenda, ainda, a divisão da área crítica em diferentes **zonas de trabalho**, de acordo com o tipo de emergência, a natureza das tarefas a serem realizadas e o risco presente no cenário em questão. As zonas de trabalho são, normalmente, divididas em: **área quente** (local de maior risco, com acesso restrito), **área morna** (local intermediário, não totalmente seguro, com acesso e circulação igualmente restritos) e **área fria** (local seguro, que abriga as instalações e recursos que darão suporte à operação, tipo PC, base, acampamento etc.).

Todas essas zonas de trabalho fazem parte do teatro de operações e sua adequada delimitação auxiliam as ações de isolamento, controle de acesso e segurança, bem como o estabelecimento de corredores que servem para melhor controlar a entrada e saída de pessoal, ações de descontaminação etc.

Em atividades de proteção e defesa civil é comum encontrarmos outras instalações, tais como: postos de distribuição de água e alimentos, postos de distribuição de material de limpeza e higiene, instalações do tipo abrigos provisórios etc.

10

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS

Os recursos incluem pessoal, equipamentos, suprimentos e instalações. Manter um inventário preciso e atualizado dos recursos empregados na operação é um componente essencial do SCO. Para tal, faz-se necessário que todos os recursos (sejam eles operacionais ou logísticos), assim que cheguem próximos à cena da emergência, sejam imediatamente encaminhados para uma área de espera previamente definida, onde serão recepcionados, cadastrados e permanecerão disponíveis até seu emprego de acordo com o plano de ação definido pelo Comandante da Operação ou Comando Unificado. Para facilitar as ações de controle, o SCO recomenda que os recursos sejam anotados em formulários padronizados e monitorados pelo comando ou pelo chefe da seção de planejamento (através da unidade de recursos, caso seja ativada).

De acordo com o SCO, os recursos podem ser divididos e agrupados por classes, categorias, tipo e situação.

A **classe** diz respeito à função principal do recurso único (por exemplo: classe bombeiro, polícia, trânsito, saúde, defesa civil, perícia, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica etc.)

A **categoria** diz respeito ao emprego do recurso na operação, e pode ser classificada como: operacional ou logística. Os recursos operacionais são aqueles em condições de pronto emprego operacional, tais como

um helicóptero com sua tripulação, uma ambulância com sua equipe de socorro etc. Já os recursos logísticos são aqueles necessários para dar suporte às operações, como por exemplo: alimentação, suprimentos, material de abastecimento, colchões, travesseiros e cobertores, equipamentos de comunicação etc.

O **tipo** diz respeito ao emprego útil do recurso único e suas possibilidades de combinação (por exemplo: recurso único ou simples, equipe de intervenção ou força-tarefa). O **recurso único** ou **simples** é o equipamento somado ao seu complemento em pessoal (tripulação) em plenas condições de emprego na operação, sempre sob a supervisão de um líder ou responsável (são exemplos de recursos únicos: uma ambulância equipada com sua equipe de socorristas, um helicóptero com sua tripulação em perfeitas condições de emprego, um bombeiro cinotécnico acompanhado de seu cão de busca etc.). A **equipe de intervenção** é a combinação de recursos únicos do mesmo modelo, agrupados para uma tarefa tática específica, sob a supervisão de um líder ou responsável (exemplo: a combinação de duas ou mais embarcações devidamente tripuladas e sob comando de um líder para resgatar pessoas ilhadas numa área de inundação). Já uma **força-tarefa** é qualquer combinação de diferentes recursos únicos constituída para uma tarefa tática específica, sob a supervisão de um líder ou responsável (exemplo: a combinação de viaturas de combate a incêndio, helicópteros e veículos de transporte de pessoal devidamente tripulados e sob comando de um líder a fim de controlar um incêndio florestal etc.).

MANU DIAS, GOVERNO DA BAHIA



Entenda melhor esses tipos de recursos operacionais observando as imagens e conceitos a seguir.

DIFERENTES TIPOS DE RECURSOS OPERACIONAIS



Recurso único ou simples

Um recurso único é o equipamento em plenas condições de pronto emprego operacional, somado ao seu complemento em pessoal (tripulação completa), sob o comando de um líder.



Equipe de intervenção

Uma equipe de intervenção é a combinação de recursos únicos da mesma classe agrupados para uma tarefa tática específica, sob o comando de um líder.



Força-tarefa

Força-tarefa é qualquer combinação de diferentes recursos únicos constituída para uma tarefa tática específica, sob o comando de um líder.

Fonte: Ceped (2022).

Finalmente a **situação** diz respeito ao status do recurso na operação (por exemplo: mobilizado (o mesmo que solicitado), disponível (no local da emergência), designado (em operação), indisponível (sem condições de uso) e desmobilizado (dispensado). Desse modo, quando um determinado recurso mobilizado chega na área de espera e está pronto para emprego imediato, ele é chamado de disponível. Quando um recurso entra em operação, passa a ser considerado como designado. Quando o recurso, por algum problema, não pode ser empregado na operação, fica indisponível. Finalmente, quando o recurso não é mais necessário e pode ser liberado, é chamado de desmobilizado.

Por fim, a responsabilidade efetiva pelo controle de pessoal durante toda a resposta de uma situação crítica é igualmente essencial. Saber exatamente quantas pessoas estão envolvidas, onde estão trabalhando e o que estão fazendo representa um fator importante de segurança e controle. Além disso, o conhecimento dos recursos humanos disponíveis e suas competências e capacidades para pronto emprego em uma operação representa uma grande vantagem administrativa, sob a ótica da eficiência e eficácia gerencial.

11

INTEGRAÇÃO E
INTEROPERABILIDADE
DAS COMUNICAÇÕES

A capacidade de integrar meios de comunicação entre os diferentes atores do SCO é fundamental para o sucesso de qualquer operação. Os envolvidos no SCO dependem de sistemas integrados de comunicação para obter, analisar, preparar e divulgar informações precisas, oportunas e relevantes. Estabelecer e manter uma consciência situacional e garantir a acessibilidade, a confiabilidade e a **interoperabilidade** de voz, dados e vídeos são os principais objetivos do gerenciamento integrado das comunicações.

❖ **Caracteriza-se pelo intercâmbio coerente e transparente de informações e serviços entre diferentes sistemas de comunicação.**

Apesar do compartilhamento de informações ser responsabilidade de todos os envolvidos no SCO, os sistemas de comunicação que suportam o compartilhamento das informações normalmente são de responsabilidade da Seção de Logística (Unidade de Serviços, Seção de Comunicações). Cabe à estrutura do SCO, portanto, atualizar continuamente as informações sobre a situação crítica, reunindo, agrupando,

sintetizando e divulgando informações de e para todas as estruturas organizacionais envolvidas. Os sistemas de comunicação e informação devem ser confiáveis, portáteis e possuir capacidade de expansão para funcionar adequadamente em qualquer tipo de situação crítica (seja ela pequena ou grande/complexa). Em outras palavras, os sistemas de comunicação devem ser adequados para uso integrado pelas diversas organizações envolvidas no SCO e mesmo no Centro Integrado de Operações de Emergência.

Normalmente, o planejamento de ações em uma operação inclui a confecção de planos de comunicações (que dizem quem conversa com quem e de que forma) que estabelecem diferentes redes de comunicação, tais como:

1. **Rede de Comando (às vezes identificada como Rede Estratégica, integra as comunicações entre o próprio comando e seus estafes – principal e pessoal);**
2. **Rede Tática (integra as comunicações realizadas entre as pessoas e equipes subordinadas ao chefe da seção de operações e organizações colaboradoras);**

3. **Rede Administrativa (integra as comunicações não operacionais, e inclui comunicações sobre questões gerenciais, tais como: mobilidade, obras públicas, despachos de centrais de emergência, regulação médica etc.);**
4. **Rede Logística (integra as comunicações de logística e suporte da operação);**
5. **Rede de Operações Aéreas (integra as comunicações relacionadas com as operações aéreas do evento);**
6. **Rede Pública (integra as comunicações de avisos e alertas, bem como informações ao público e orientações sobre como proceder diante de emergências em geral).**

O SCO recomenda o uso de um formulário padrão para estabelecer as redes e canais de rádio utilizadas na operação. Esse formulário é o Formulário SCO-205 (chamado de Plano de Comunicação do SCO), o qual deve ser preparado pelo Líder da Unidade de Serviço ou da Unidade de Comunicação e aprovado pelo Comandante da Operação ou pelo Chefe da Seção de Logística.

12 CONTROLE DA MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Em qualquer situação crítica, o cenário de risco deve ser bem avaliado e as ações de resposta devidamente planejadas. Recursos operacionais e logísticos devem ser mobilizados e desmobilizados somente quando as autoridades apropriadas autorizarem tais procedimentos. Recursos adicionais (especialmente os operacionais) não solicitados oficialmente pelas autoridades competentes

devem abster-se de integrar espontaneamente a estrutura do SCO para evitar sobrecarregar a estrutura e acabar constituindo-se em novos desafios de responsabilização. O SCO recomenda que uma Unidade de Mobilização e Desmobilização seja ativada para controlar eventos de maior repercussão (a unidade de mobilização/desmobilização é ligada à Seção de Planejamento).

TONY WINSTON, AGÊNCIA BRASÍLIA



13 INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA

O gerenciamento integrado de informações e inteligência inclui a identificação de elementos essenciais de coleta, análise, compartilhamento e difusão de informações para garantir que os envolvidos no SCO consigam reunir dados precisos e apropriados, traduzindo-os em informações úteis e conhecimento.

A principal função da atividade de inteligência é a de coletar informações e investigar situações de perigo reais ou potenciais, bem como identificar rumores, ameaças e oportunidades de interesse do SCO, com vistas ao trabalho seguro, transparente e ao alcance dos objetivos da operação.

Algumas informações podem ter caráter confidencial, logo, o SCO precisa integrar especialistas em radiocomunicação, TI e segurança para incorporar a proteção de dados, rede e sistemas nas práticas de comunicação, troca de informações e compartilhamento de dados. Equipes de inteligência ou investigativas, por exemplo, podem discutir informações confidenciais que exijam a proteção de identidades e informações de acordo com leis específicas. Além disso, o compartilhamento de informações deve estar em conformidade com as leis de proteção de dados e privacidade em vigor.

14

USO DE COLETES DE IDENTIFICAÇÃO E EMPREGO DE FORMULÁRIOS PADRONIZADOS

É recomendável o uso de coletes coloridos de identificação de função pelos principais atores envolvidos no SCO.

Os coletes normalmente são iguais no modelo, mas utilizam-se de diferentes cores padronizadas para facilitar a identificação da função desempenhada por seu usuário no organograma básico do SCO, conforme segue:



ARQUIVO PESSOAL, CEL. MARCOS DE OLIVEIRA

COR DO COLETE

Função desempenhada no organograma



O SCO recomenda, também, o uso de formulários preestabelecidos com vistas à padronização do registro de informações e recursos, à consolidação do plano de ação e à documentação de tudo que foi realizado durante a operação.

Os formulários foram projetados para auxiliar o comando da operação e demais colaboradores no registro documental e planejamento das ações da operação. O formato e os conteúdos dos formulários são variáveis, assim como os responsáveis pelo seu preparo e aprovação. De forma geral, o mais conhecido é o Formulário SCO-201, conhecido como Resumo do Primeiro Período Operacional, o qual possui 4 folhas, onde são registradas diferentes informações sobre a situação crítica, os recursos empregados, os objetivos e as primeiras ações realizadas na cena de emergência.

VOCÊ SABIA?

Por que os formulários SCO são numerados 200 e pouco?

Bem, essa pouca gente sabe, mas enquanto o SCO estava sendo construído, os consultores contratados que trabalhavam com as equipes técnicas do Firescope desenvolveram um sistema de arquivamento para acompanhar as anotações, documentos iniciais e as primeiras instruções e guias do SCO. Os documentos e anotações de desenvolvimento foram arquivados na série 100, a série 200 foi reservada para os primeiros formulários padronizados, a série 300 para documentos de treinamento e capacitação e a série 400 para guias conceituais do SCO. Até hoje, os formulários, mesmo sofrendo pequenas atualizações, continuam sendo numerados com a série 200!

Dentre os demais formulários padronizados do SCO, destacam-se:

- » **SCO-202** – Plano de Ação;
- » **SCO-204** – Designação Operacional;
- » **SCO-205** – Plano de Comunicação;
- » **SCO-209** – Resumo da Situação;
- » **SCO-211** – Cadastramento de Recursos Operacionais;
- » **SCO-213** – Mensagens Gerais;
- » **SCO-215** – Cadastramento Operacional;
- » **SCO-215A** – Avaliação de Segurança do Plano de Ação;
- » **SCO-219** – Cartão "T".



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Projeto gerenciamento de desastres**: sistema de comando de operações. Marcos de Oliveira. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2009.

EMERGENCY Management Services International (EMSI). **History of ICS**. 2018. Disponível em: <http://www.emsi-cs.com/history-of-ics/>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTA CATARINA. Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Oliveira, Marcos de. **Sistema de comando em operações (SCO)**: um guia prático para responder situações críticas, desastres e crises. 1. ed. Florianópolis: DCSC, 2020.

EMSI, DIVULGAÇÃO



